



# 37ª Conselho de Base debate violência contra a mulher

08 de março é o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, e o Sintrajud convida toda categoria para um debate sobre a violência contra a mulher.

O evento começa às 09h30 de sábado, dia 09/03 e será no Hotel Excelsior - Av. Ipiranga, 770 - 5º andar.

**Prostituição e mercantilização do corpo da mulher, quem ganha com isso?**

**Alessandra Lacerda** - Militante do setorial de mulheres do PSOL e do Movimento Mulheres em Lutas.

**Machismo e violência contra a mulher**

**Ana Luiza Figueiredo Gomes** - Servidora do TRF-3, diretora da Fenajufe, ex-candidata à prefeita de São Paulo pelo PSTU.

**Violência contra a mulher e desafios**

**Isadora Brandão** - Advogada e militante da Consulta Popular

*Jornal do* **Judiciário**  
Quinta-feira, 28 de fevereiro de 2013  
JJ472 - 13.000 exemplares



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP **Gestão: Unidade e Luta 2011/2014** Tel.: (11) 3222-5833

# Assembleia Estadual elege delegados do Sintrajud ao 8º Congrejufe

Dia 09 de março, sábado, acontece o 27º Conselho de Base do Sintrajud e assembleia estadual, que elegerá os delegados de São Paulo ao 8º Congrejufe.

O Conselho de Base começa às 9h30, com um debate sobre a violência contra a mulher e a regulamentação da prostituição. Depois será aberto o debate para a apresentação das teses inscritas ao 8º Congrejufe. A assembleia que elege os delegados começa às 14h30.

Os dois eventos acontecem no hotel Excelsior, que fica na Avenida Ipiranga, 770 - 5º andar.

Em sua oitava edição, o Congrejufe será realizado entre os dias 26 e 30 de abril, em Caeté (MG). Em todo país, servidores estão preparando teses que serão debatidas nos cinco dias de congresso.

A direção do Sintrajud quer garantir uma grande assembleia, para eleger delegados comprometidos com as reivindicações dos trabalhadores do Judiciário Federal e MPU. Isso será determinante para a vitória das próximas campanhas.



## 37ª Reunião CONSELHO DE BASE

09/03/2013 - às 09h30



FENAJUFE

**No TRF-3, na Justiça Trabalhista e em Santos, servidores exigem pagamento imediato do reajuste - Pág. 03**

**Servidores lançam campanha em Brasília e apostam na unidade nacional - Pág. 03**

**Servidores apresentam reivindicações à nova presidente do TRT-2 - Pág. 04**



## Esclarecimento à categoria sobre nota acerca de matéria do Estadão

Há alguns dias, o Sintrajud publicou em seu site nota repudiando a atitude do jornal O Estado de S. Paulo, que abordou de forma sensacionalista o pagamento de passivos a servidores.

Diante da interpretação de alguns colegas, que não se sentiram contemplados pela resposta, o Sintrajud esclarece que a intenção da nota não foi simplesmente defender os que receberam os passivos, mas sim criticar a postura do jornal, que tentou macular a imagem dos servidores públicos.

A matéria do jornal faz parecer que os trabalhadores do TRE são privilegiados, beneficiados por pagamentos expressivos. E mais, faz parecer que pagamentos como esses são rotineiros; e não exceções, como de fato são, tendo beneficiado uma parcela pequena da categoria. Da forma como foi elaborada a matéria, o leitor é induzido a crer que aquela é a situação de todos os trabalhadores do TRE; nas entrelinhas, induz a pensar que todo trabalhador do TRE ganha boladas em dinheiro, de tempos em tempos.

Não foi diferente o tratamento sensacionalista dado pelo mesmo jornal aos valores pagos a título de horas extras aos servidores da Justiça Eleitoral, pelo trabalho na preparação e realização das eleições do ano passado. Foram taxados de aproveitadores dos cofres públicos. Se houve abusos, é evidente que devem ser apurados. No entanto, somente os próprios trabalhadores da Justiça Eleitoral sabem o quanto trabalham para garantir a realização das eleições, que a própria imprensa afirma serem as mais modernas e organizadas do mundo.

Distorções salariais e remuneratórias em nossa categoria são reais, e não são culpa de um ou de outro, mas sim de uma gestão autoritária que impera há muito tempo no Judiciário, que aposta em uma carreira desestruturada e sem perspectivas de evolução profissional aos trabalhadores, restrita à política de cargos e funções de confiança, com todos os problemas daí decorrentes. A defesa de um plano de carreira vem sendo ao longo dos anos uma de nossas principais bandeiras e reivindicações.

Embora a legalidade dos passivos seja há anos discutida e reconhecida, inclusive nas instâncias superiores do Judiciário, esse não é, a nosso ver, o centro dessa discussão. Sob o “manto” da legalidade, inclusive, são cometidas diariamente uma série de injustiças, especialmente contra aqueles que lutam por melhores condições de vida e por um mundo melhor. Trabalhando no Poder Judiciário, somos testemunhas de que a aplicação da lei não é, infelizmente, garantia de realização da justiça, sendo muitas vezes o seu contrário.

Sofremos isso na pele, em nossas mobilizações pelo reajuste. Ano passado, foram impostas pressões e ameaças de toda sorte a vários trabalhadores, inclusive o corte de pontos dos que aderiram à greve em defesa de nossa carreira e de um serviço público valorizado e de qualidade. Tivemos que ir à luta em defesa de nossos direitos, como em muitas outras vezes, já que estavam esgotados todos os espaços de reivindicação e negociação.

Como representante do conjunto da categoria que é, coube ao Sintrajud esclarecer que o passivo em questão foi pago a uma minoria dos servidores do Tribunal, que não representam de modo algum a situação da maioria.

A situação da maioria é, na verdade, de congelamento e arrocho de salários e benefícios, de sobrecarga de trabalho e imposição de metas absurdas em muitos setores, de convivência com o autoritarismo dentro dos tribunais, de assédio moral, de desprestígio e de desvalorização da carreira.

Além de criticar, portanto, o costumeiro sensacionalismo e os sistemáticos ataques do jornal aos servidores e ao serviço público, o Sintrajud reafirma seu compromisso de defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores dos tribunais, que trabalham duro e não têm privilégios. Toda a solidariedade e todo o reconhecimento, especialmente, aos lutadores que assumem o protagonismo da história da categoria, contra todos os obstáculos e retaliações, tendo a clara consciência de que a nossa luta faz acontecer.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 37ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 25), faz saber que realizará a 37ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 09 de março do ano corrente, a partir das 9:30 horas, na sala Janete Costa, no 5º andar do HOTEL EXCELSIOR, situado na Av. Ipiranga, N.º 770 – São Paulo – Brasil – CEP 01040-000. PAUTA: 1. Informes; 2. Atividade e debate em celebração ao Dia Internacional de Luta da Mulher; 3. Outros assuntos de interesse da categoria. São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

Adilson Rodrigues Santos - Coordenador-Geral - Inês Leal de Castro - Coordenadora-Geral - Mauricio Rezzani - Coordenador-Geral

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 09 de março, a ser instalada às 14h30, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, na sala Janete Costa, no 5º andar do HOTEL EXCELSIOR situado na Av. Ipiranga, N.º 770 – São Paulo/SP – CEP 01040-000. PAUTA: 1. Informes; 2. Balanço da atuação da FENAJUFE, e apresentação e debate das teses da categoria ao 8º CONGREJUFE - Congresso Nacional da Fenajufe; 3. Eleição dos(as) delegados(as) do SINTRAJUD ao 8º CONGREJUFE – Congresso Nacional da Fenajufe, que acontecerá entre os dias 26 e 30 de abril de 2013, na cidade de Caeté/MG; 4. Outros assuntos de interesse da categoria. São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

Adilson Rodrigues Santos - Coordenador-Geral - Inês Leal de Castro - Coordenadora-Geral - Maurício Rezzani - Coordenador-Geral

## CMO também para à espera de STF e emendas sobre salários não são votadas

Por Hélcio Duarte Filho

A sessão de terça-feira (26) da Comissão Mista de Orçamento (CMO) não aconteceu. Ela poderia votar o substitutivo do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. O substitutivo incorpora parcialmente três emendas que assinalam de forma explícita que os reajustes do funcionalismo devem ser pagos a partir de janeiro e antes da Lei Orçamentária de 2013 ser sancionada.

Divulgado no portal da Câmara, o cancelamento da sessão foi determinado pelo presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), sem explicação de motivos. Não se sabe quando ocorrerá a próxima sessão.

Os servidores do Judiciário Federal estão sem reajuste porque o presidente do STF, Joaquim Barbosa, entende que ele só pode ser concedido após a Lei Orçamentária entrar em vigor.

### ‘Não vai acontecer nada antes do STF’

Na prática, os trabalhos estão suspensos até que os ministros do STF analisem a liminar do ministro Luiz Fux que estabelece ordem cronológica para votação de vetos presidenciais.

“Não vai acontecer nada no Orçamento enquanto o Supremo não se manifestar”, disse Ionara Oliveira, assessora do senador Valadares. “Tecnicamente não haveria por que [parar] a CMO, mas não está tendo acordo”, explicou a assessora, indicando que a paralisia da comissão é reflexo político do impasse que vive o Congresso Nacional.

O Pleno do STF se reúne na quarta (27) (quando fechamos essa edição) e poderá analisar a situação dos vetos presidenciais, mas qualquer decisão que saia da reunião pode ou não acelerar a apreciação da lei orçamentária.

O ministro Luiz Fux declarou que defenderá a manutenção do teor da liminar. Ela prevê a votação dos vetos em ordem cronológica, o que dificulta a derrubada dos vetos da presidenta Dilma Rousseff à lei que redefine as receitas do petróleo, pivô do impasse político.

Na sexta-feira, (01/03) deve acontecer a primeira audiência de dirigentes da Fenajufe com o presidente do STF, Joaquim Barbosa. “Vamos defender o pagamento imediato e buscar dele a confirmação de que a [retroatividade] está garantida”, avisa Antônio Melquíades, o Melqui, diretor da federação e do Sintrajud-SP, que considera inaceitável que a categoria continue sendo penalizada.

## Vão começar as aulas de dança de salão, a oficina teatral e os trabalhos do grupo de teatro. Participe!



Em 16 de março, o Sintrajud inicia as aulas de danças, as oficinas teatrais e os trabalhos do grupo de teatro. As atividades acontecerão aos sábados, na sede do sindicato, e a participação de todos é muito bem vinda.

Danças de salão: das 14h às 15h30  
Oficinas de teatro das 15h30 às 17h  
Grupo de teatro das 17h às 20h

Para quem tem as tardes de quarta-feira livre, durante a reunião do Núcleo dos Aposentados, são ministradas aulas de dança, às 16h30, e oficinas de teatro, a partir das 15h. As duas atividades são abertas a toda categoria.



# No TRF-3, na Justiça Trabalhista e em Santos, servidores exigem pagamento imediato do reajuste

Categoria diz não ao calote e aposta na unidade do funcionalismo para campanha salarial deste ano

Por Caê Batista

Apesar de sancionado, o reajuste não foi pago. “Isso mostra o respeito que eles (a cúpula dos tribunais) têm pela gente”, disse um servidor na porta do TRF-3. O tom é de desgosto, principalmente com o presidente do STF, Joaquim Barbosa. “Ele tem aparecido para a população como um herói nacional, mas mantém o congelamento salarial dos trabalhadores do Judiciário”, denunciou o diretor do Sintrajud Henrique Sales.

As afirmações marcaram os atos em frente ao TRF-3 e fórum trabalhista Ruy Barbosa, ambos na tarde de quinta-feira (21). Em Santos também houve manifestação, em frente à Justiça Federal.

No TRF-3, os servidores exigiram que fosse feita uma folha suplementar e o pagamento

imediato e denunciaram a submissão do Judiciário à política do governo Dilma Rousseff, verdadeiro responsável pelo congelamento salarial e pelos ataques ao funcionalismo.

Para superar essa situação, a unidade do conjunto do funcionalismo será fundamental. “Vamos avançar na nossa campanha salarial conjunta deste ano”, disseram servidores no ato em frente ao TRF-3.

Opinião compartilhada por Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud. No ato em frente à JF de Santos ele ressaltou que “a unidade de todos os federais, alcançada na greve do ano passado, tem que ser alimentada e reforçada, para garantir o respeito aos direitos daqueles que fazem o serviço público funcionar no país”.



21/02/13 - Ato no TRF-3 pelo pagamento imediato do reajuste



21/02/13 - Ato na JF de Santos pelo pagamento imediato do reajuste

## Servidores lançam campanha em Brasília e apostam na unidade nacional



28/03/12 - Marcha a Brasília

No ano passado, a unidade entre 32 categorias construiu a maior greve conjunta do setor dos últimos anos. E o funcionalismo aposta nessa tática para pressionar o governo Dilma Rousseff (PT) e avançar no atendimento das reivindicações.

Na quarta-feira (20), eles realizaram um ato na Esplanada dos Ministérios que reuniu cerca de 300 servidores. Em frente ao Planejamento eles tentaram uma audiência com a ministra Miriam Belchior, que não recebeu os representantes do funcionalismo.

### Direito de Greve

Na terça (19), os servidores realizaram um seminário para debater o direito de greve e a negociação coletiva. Com o início da greve conjunta, em 2012, o governo Dilma começou a articular propostas para impedir os trabalhadores públicos

a exercerem esse direito. Na opinião de Cléber Borges Aguiar, do Sintrajud, que esteve nas duas atividades, o governo quer tentar acabar com a “forma dos trabalhadores lutarem por melhores salários e melhores condições de trabalho”.

### Pauta já foi protocolada

Protocolada em janeiro, a pauta do conjunto do funcionalismo reivindica a fixação da data-base em 1º de maio; uma política salarial permanente, repondo a inflação, valorizando o salário-base e apontando a incorporação das gratificações.

Os servidores pedem o fim de todas as formas de privatização nos serviços públicos, rejeitam reformas na Previdência e querem que sejam retirados os projetos de lei contrários à categoria. Reivindicam também a paridade entre ativos e aposentados.

## Vem aí o 8º Congresso da Fenajufe

Entre 26 e 30 abril acontece o 8º Congresso da Fenajufe, em Caeté (MG). Nos cinco dias de evento, servidores de todo o país vão debater e definir os rumos político-sindicais da Fenajufe. Eles também elegerão a direção da federação para o próximo triênio.

Diretora da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo Gomes diz que o maior desafio do Congresso “será organizar a nossa categoria para lutar unida aos demais servidores em defesa de salários, direitos e por um serviço público de qualidade”.

Crítica ao setor majoritário da direção da Fenajufe pelo apoio ao governo Dilma, Ana afirma que dirigentes da federação, ligados a CUT, evitam enfrentar “de maneira consequente” seus pares no Planalto e no Congresso Nacional: “Os cutistas não querem fazer a campanha pela revogação da reforma da previdência, aprovada com mensalão, para não prejudicar o Zé Dirceu e os demais petistas condenados pelo STF”, exemplifica.

### Assembleia elege delegados ao 8º Congrejufe

A eleição de delegados ao Congrejufe acontece no dia 09 de março, 14h30, no hotel Excelsior, que fica na Rua Ipiranga, 770. Sua participação é fundamental.



# Servidores apresentam reivindicações à nova presidente do TRT-2

Categoria apresenta preocupação com novo contrato de plano médico, teste de aptidão física para agentes e reivindica pagamento do reajuste na GAJ

Por Caê Batista

Diretores do Sintrajud apresentaram reivindicações à nova presidente do TRT-2. A desembargadora Maria Doralice Novas demonstrou conhecer os principais problemas da categoria e afirmou: “as reivindicações não ficarão sem resposta”.

A reunião ocorreu na quarta (20), no TRT-2, e contou com a presença dos diretores do Sintrajud Tarcísio Ferreira, Inês Leal de Castro, Leica Silva, Henrique Sales e o advogado César Lignelli.

Solicitando apoio da desembargadora para que o reajuste seja feito imediatamente, o Sintrajud reivindicou que o tribunal efetue o pagamento com orçamento próprio, como o TRE-SP.

Maria Doralice disse ser praticamente impossível aplicar o reajuste com verbas próprias, pois “o crescimento vegetativo da folha é pequeno”. Ela disse que há uma orientação do TST para que o reajuste não seja aplicado até a aprovação do orçamento 2013.



20/02/13 - Servidores apresentam reivindicações à nova presidente do TRT-2

**há uma orientação do TST para que o reajuste não seja aplicado até a aprovação do orçamento 2013**

Afirmou que estudará o assunto e disse que associações de magistrados requereram ao pre-

sidente do STF o reajuste. Disse também que o tema é pauta da reunião do colégio de presidentes do TRTs, que acontece em março, onde “encontraremos um pouco mais de força”.

#### Convênio médico

Com o fim do contrato da Amil, a categoria está preocupada com um possível aumento dos valores e uma piora nos serviços. Os sindicalistas abordaram o tema e o processo vivi-

do no TRF-3, onde a administração tentou a coparticipação. “A coparticipação está fora de cogitação”, afirmou Maria Doralice.

A presidente explicou que o edital para contratação de operadora de plano de saúde está sendo elaborado por uma comissão, e negou a participação e acompanhamento do sindicato nesses trabalhos. As razões seriam dadas por escrito.

#### Assédio moral e outros assuntos

Foram abordadas ainda as condições de trabalho, principalmente no fórum Ruy Barbosa. Ela afirmou que o tribunal veria com bons olhos a realização de palestras conjuntas sobre assédio moral, mas ressaltou: “Naquilo que for unânime” sobre o tema.

O sindicato também destacou a preocupação da categoria com o teste de aptidão física para os agentes de segurança. A desembargadora disse estar inteirada do assunto, que não foi aprofundado.

## Com o orçamento para saúde do TRF-3 é possível retomar todos os benefícios do Pró-Social

Dados preliminares do sindicato revelam que é possível reduzir a participação financeira dos trabalhadores do TRF-3

Em 1º de março, a diretoria do Sintrajud se reúne com a presidência do TRF-3. Em pauta: contratação novo contrato do plano de saúde e retorno dos benefícios do Pró-Social, entre outros.

O atual contrato acaba no final de maio e o pregão eletrônico está colhendo propostas até 08 de março, segundo consulta ao site licitações-e.com.br.

Estimando R\$ 300,00 por beneficiado, o edital trabalha com a

**O plano 160 é responsável pelo aumento da sinistralidade**

contratação de um plano único. Os benefícios seriam próximos aos do 140, que atenderia satisfatoriamente a maioria dos trabalhadores. O plano 160 é responsável pelo aumento da sinistralidade, apesar de apenas 8% dos beneficiários o utilizarem.

Conforme consta na PLOA 2013, o valor a ser repassado pelo Executivo a cada trabalhador será de R\$ 153,07. Assim, a categoria deve se atentar sobre a complementação dos valores.

#### Custeio por servidor

Sindicato e comissão de trabalhadores defendem que o salário de cada um seja considerado na complementação. Assim, quem ganha menos pagará menos. Por esse critério, um pensionista que recebe R\$ 2000,00, pagaria R\$ 20,00. Já um servidor que recebe R\$ 24.000,00, pagaria 240,00. A proposta também é vantajosa para quem têm mais de 59 anos, principalmente aposentados.

#### E o Pró-Social?

O aumento do orçamento e a redução dos custos, com a adoção de um plano único, possibilitará a retomada de todos os benefícios do Pró-Social. Essa será uma das reivindicações do Sintrajud ao TRF-3

#### Organização dos trabalhadores

A mobilização dos servidores barrou a coparticipação e pressionou o Conselho da Justiça Federal a aumentar o repasse dos R\$ 90,00 por beneficiário (valor congelado desde 2004) para R\$ 153,07.

Foram realizados atos e paralisações, coletadas milhares de assinaturas, além das gestões no Superior Tribunal de Justiça, no CJF e no Ministério do Planejamento.

A mobilização foi decisiva. Por isso, a categoria deve se manter mobilizada, para evitar surpresas.



**Jornal do Judiciário**



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

**Diretoria:** Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

**Sede:** Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

**Subsede Baixada Santista:** Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajud@santos@uol.com.br

**Jornalistas:** Carlos Eduardo Batista | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

